



EMAe - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emaec.com.br



Secretaria de Energia

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O ano de 2012 foi marcado por uma radical transformação no setor de energia elétrica, ocorrida a partir da edição, em 11 de setembro, da Medida Provisória - MP 579, convertida na Lei 12.783, em 11/01/2013. A referida MP, que condicionou a prorrogação dos contratos de concessão às novas regras estipuladas pelo Governo Federal, exigiu grandes esforços dos agentes envolvidos para analisarem, em prazos extremamente exigiosos, os efeitos das mesmas sobre a sustentabilidade de seus negócios. No caso da EMAE, a decisão a ser tomada tinha reflexos imediatos na continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que o prazo de concessão de suas usinas venceria em 30 de novembro de 2012.

Apesar do Contrato de Concessão então vigente prever a possibilidade de sua prorrogação por um período de mais 20 anos, o que foi requerido pela EMAE em novembro de 2009 e inexplicavelmente ignorado pelo Poder Concedente, os estudos e análises elaborados para subsidiar a decisão sobre a proposta contida na MP 579, levaram os acionistas a deliberarem pela prorrogação do Contrato de Concessão, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2012.

Com relação às operações desenvolvidas pela Companhia ao longo de 2012, cabe destacar a continuidade das obras da PCH Pirapora, que deverá entrar em operação em 2014, e os serviços de adequação da calha do Canal Pinheiros, estes realizados com recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado de São Paulo, que permitiram reduzir sensivelmente os riscos de extravasamento do canal nos eventos de cheia. Do ponto de vista da gestão, a Companhia atuou de forma incisiva na redução dos custos gerenciais, com ênfase em um programa de adequação dos gastos com pessoal. A receita operacional bruta apresentou um incremento de 7% em relação a 2011.

Considerando apenas as condições referentes à operação regular da empresa, como as acima destacadas, a EMAE encerraria o exercício de 2012 com um lucro da ordem de R\$ 42 milhões. Porém, os efeitos da aplicação dos pronunciamentos contábeis CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, já considerando as condições econômicas-financeiras estabelecidas pelo novo contrato de concessão, e do CPC 33 - Benefícios a Empregados, que trata da contabilização de planos previdenciários, com a aplicação das novas condições macroeconômicas observadas no país, levaram a Companhia a registrar um prejuízo no ano de R\$ 125 milhões.

A partir de 2013, com um horizonte de 30 anos e as novas condições estabelecidas pelo contrato de concessão, a EMAE inicia uma nova trajetória, com o compromisso de manter altos níveis de eficácia na operação e manutenção do seu sistema hidroenergético, sem perder de vista a melhoria na produtividade e uma rígida gestão de custos, de forma a garantir a perenidade da Companhia, o justo retorno aos nossos acionistas e retribuir a confiança que a sociedade sempre depositou em nossos serviços.

II. CONTEXTO OPERACIONAL

Renovação do Contrato de Concessão EMAE

A Administração da Companhia submeteu aos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/11/2012, a proposta de renovação do Contrato de Concessão nº 002/2004 - ANEEL - EMAE, nos termos da Medida Provisória - MP nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012. A Assembleia aceitou esses termos e autorizou a assinatura do Termo Aditivo ao referido Contrato de Concessão, que prorrogava as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes. O documento foi assinado em 04 de dezembro de 2012, com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2013.

Sistema energético operado pela EMAE

O complexo hidroenergético operado pela Companhia está centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden, cujas principais estruturas associadas são os reservatórios Billings e Pedras, o Canal Pinheiros, as usinas elevatórias de Traição e Pedreira e a Estrutura de Retiro. Constituem, também, esse complexo hidroenergético as barragens de Pirapora e Edgard de Souza, no rio Tietê e o reservatório e canal Guarapiranga.

A EMAE possui, ainda, a concessão de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Em 22/12/2010, a EMAE constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, denominada Pirapora Energia S.A. Em 06/12/2011, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.242, a ANEEL transferiu da EMAE para a Pirapora Energia a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada, cujas obras estão em andamento, com entrada em operação prevista para meados de 2014.

Mercado de Energia Elétrica

Os aproveitamentos hidroelétricos concedidos à Companhia totalizavam, em dezembro de 2012, 949,4 MW, correspondendo a cerca de 5% da capacidade instalada no Estado de São Paulo e cerca de 0,8% do Brasil.

Produção de Energia

Em 2012, as usinas da EMAE produziram 1.388,54 GWh (158,1 MW médios), o que representa uma redução de 10,62% em relação ao ano anterior. A menor geração verificada em 2012, principalmente na UHE Henry Borden (14,6% menor que em 2011), foi consequência de um trabalho conjunto entre a EMAE e ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, desenvolvido ao longo do ano, com os despachos dessa usina focados no atendimento prioritário a situações emergenciais do SIN - Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, a geração na UHE Henry Borden, com 130,7 MW médios, foi superior à sua energia assegurada, fixada em 127,7 MW médios.

Hidrologia

A chuva média acumulada em 2012 foi de 1.529 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE, representando cerca de 108% da média histórica. A soma das vazões naturais afluentes aos reservatórios Billings e Pedras também representou aproximadamente 108% da média histórica.

O bombeamento das águas dos rios Tietê e Pinheiros para o reservatório Billings é realizado em conformidade com norma específica para este fim. Em 2012 ocorreram 64 eventos de bombeamento para controle de cheias, totalizando 910 horas no ano.

O reservatório Billings, principal reservatório da Companhia, que iniciou 2012 com 65,7% de seu volume útil, atingiu 73,7%, em 17 de fevereiro. A partir dessa data o nível d'água foi gradativamente rebaixado até 66,5%, em 04 de junho, quando voltou a se recuperar, chegando a 74,3%, em 19 de julho, armazenamento máximo observado em 2012. Posteriormente, o nível d'água voltou a cair até representar 54,7% do seu volume útil, em 13 de dezembro, valor mínimo verificado no ano. Esse reservatório encerrou 2012 com armazenamento de 63,8% do seu volume útil.

Comercialização de Energia

A garantia física da Companhia foi comercializada tanto no ACR, por meio dos contratos celebrados com as distribuidoras de energia, quanto no ACL, por meio de contratos de longo, médio e curto prazos firmados com comercializadoras e consumidores livres. A energia disponível não vendida nesses ambientes e a energia reativa produzida na UHE Henry Borden e na Usina Elevatória de Pedreira foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Ao final de 2012, a EMAE atingiu 154,3 MW médios de contratos comercializados totalizando um faturamento de R\$ 142,1 milhões, sendo 125,9 MW médios no Ambiente de Contratação Regulada - ACR (R\$ 106,4 milhões) e 28,4 MW médios no Ambiente de Contratação Livre - ACL (R\$ 35,7 milhões). A receita oriunda da liquidação na CCEE totalizou R\$ 29,3 milhões.

Com as mudanças introduzidas pela Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 e atos subsequentes, a Companhia, ao assinar o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004 - ANEEL - EMAE, aderiu automaticamente ao Regime de Cotas, destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN, alocando integralmente, nesse regime, toda a sua garantia física de energia e de potência.

Com essa mudança, a partir de janeiro de 2013, os contratos em andamento no ACR passaram para o Regime de Cotas. Já os contratos no ACL foram lastreados por meio de contratos de compra de energia, que a Companhia firmou nesse ambiente de contratação.

III. INVESTIMENTOS

Investimentos no Sistema Hidroenergético

A EMAE investiu, no exercício, recursos próprios da ordem de R\$ 11,5 milhões com o objetivo de atender às necessidades de manutenção, segurança, confiabilidade e modernização das suas instalações de geração e estruturas hidráulicas. Também foram investidos R\$ 14,5 milhões a título de subscrição e integralização do capital da subsidiária Pirapora Energia S.A.

Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs

A Companhia tem focado seus estudos para a expansão da oferta de energia elétrica a curto e médio prazo nas Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs, conforme segue:

• Implantação de PCH na atual Barragem de Pirapora

Encontra-se em andamento a construção da usina com 25 MW de capacidade, com previsão para entrar em operação em 2014. A maior parte dos recursos para a construção da usina (cerca de 80%) virá de financiamento do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela Companhia como Capital Social da Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE.

• Estudo de Viabilidade da PCH Edgard de Souza

Concluídos os estudos de viabilidade técnico-econômica para remotorização da Barragem Edgard de Souza. Localizada no rio Tietê, esta barragem integra o complexo

de geração da Usina Henry Borden. Suas instalações contavam com uma unidade reversível (turbo-bomba) com capacidade para 11 MW de geração ou 50 m³/s de bombeamento. Em 1982, os equipamentos dessa unidade foram transferidos para a Usina Elevatória de Pedreira, aumentando sua capacidade de bombeamento. A restrição ao bombeamento das águas do rio Tietê para aproveitamento na UHE Henry Borden apontou para perspectivas de reaproveitamento dessa instalação para produção energética.

• Estudos para o aproveitamento do Rio Tietê no trecho entre as cidades de Anhembi e Salto

A Companhia, por meio de convênio celebrado com o Departamento Hidroviário, órgão ligado à Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo, está desenvolvendo estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental no mencionado trecho do rio Tietê, de modo a otimizar integralmente as funções de geração de energia e navegação.

Outros Estudos

• Energia Eólica

A EMAE executou, em seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, estudo do potencial eólico e solar na região da casa de válvulas da UHE Henry Borden e, em conjunto com a Secretaria de Estado de Energia de São Paulo, elaborou o Atlas Eólico do Estado de São Paulo, que identificou áreas com potencial para geração de energia elétrica a partir dos ventos.

• Aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e lodos para geração de energia elétrica

A EMAE vem, desde 2007, estudando o aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e lodos para a geração de energia elétrica. Para tanto, em conjunto com a Secretaria de Energia, participou de grupos de estudo, inclusive de âmbito internacional, para avaliar as tecnologias disponíveis e sua adaptabilidade ao nosso país, incluindo, nesse trabalho, os aspectos ambientais, características físico-químicas dos resíduos sólidos urbanos, estudos de viabilidade econômico-financeira, entre outros.

• Eficiência energética

Em 2012, a EMAE realizou estudos de modelos de negócio, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Eficiente - Reluz, lançado pela Eletrobras/Procel, referentes a projetos de eficiência de iluminação pública.

Pesquisa e Desenvolvimento - ANEEL

Desde o início do programa, a Companhia já destinou mais de R\$ 12,5 milhões ao mesmo, dos quais R\$ 4.656 mil para o desenvolvimento de projetos, R\$ 5.241 mil para o FNDC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R\$ 2.620 mil para a EPE - Empresa de Pesquisa Energética, conforme a lei. Estão em desenvolvimento os projetos: "Produção em massa de mosquitos Culex quinquefasciatus (Diptera: Culicidae) e utilização da técnica SIT (insetos estéreis): Método de controle e avaliação de variáveis para monitoramento da população de mosquitos em lagos e reservatórios para geração de Energia Elétrica"; "Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) comparativa entre tecnologias de aproveitamento energético de resíduos sólidos" e o "Efeito de mudanças climáticas no regime hidrológico de bacias hidrográficas e na energia assegurada de aproveitamentos hidroelétricos". Foram concluídos em 2012 os projetos: "Aproveitamento energético de resíduos de poda de árvores na forma de briquetes e pellets agregando lodo do sistema de tratamento das águas do rio Pinheiros, embalagens tetrapack e papel cartonado" e "Metodologia para alocação dos custos do Sistema de Transmissão".

IV. OUTRAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prestação de Serviços para Terceiros

A EMAE presta, para terceiros, os serviços objeto dos seguintes contratos: i) com a Baixada Santista Energia - BSE, para execução dos serviços de operação e manutenção das usinas termoelétricas Fernando Gasparian e Piratininga; ii) com a Prefeitura Municipal de São Paulo, para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, responsável pelo controle das cheias do córrego Água Espraiada; iii) com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para a execução dos serviços de manutenção corretiva na Barragem Móvel e manutenção preventiva nas barragens da Penha e Móvel.

Transporte

A EMAE opera um sistema de transporte público por balsas, com embarcações próprias, de forma gratuita e ininterrupta, em três regiões de travessia do reservatório Billings. Em 2012 foram transportados, aproximadamente, 1,31 milhões de veículos e 3,18 milhões de passageiros, em 182.688 viagens.

Lixo

Retirada do lixo que afliu às usinas elevatórias de Traição e de Pedreira, principalmente durante os eventos de chuva, de forma a permitir o eficiente funcionamento das unidades de bombeamento ali instaladas. No ano de 2012 foram retiradas aproximadamente 1,01 mil toneladas (2.604 m³) de lixo das referidas usinas. Nas usinas de Rasgão e Porto Góes, no rio Tietê, foram retiradas 1,05 mil toneladas (2.678 m³) de lixo.

Retirada de Vegetação Emergente

Em 2012 foram retirados 9,72 mil m³ de vegetação ao longo do Canal Pinheiros. Esse trabalho auxilia no combate à proliferação de insetos e mosquitos, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população das regiões sul e oeste da cidade.

V. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EMAE é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na BOVESPA e controle acionário do Estado de São Paulo. É detentora de concessão federal para produção e comercialização de energia elétrica gerada a partir dos recursos hídricos das bacias do Alto e Médio Tietê e Baixada Santista. Desde a sua constituição vem aperfeiçoando seus processos de gestão e os sistemas de controle adotados.

Os órgãos estatutários que a compõem são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, composta por: i) Presidência; ii) Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores; iii) Técnica; e iv) Desenvolvimento de Negócios e Comercialização de Energia.

Os principais instrumentos normativos internos são o Estatuto Social, o Regimento da Diretoria e a Matriz de Delegação de Autoridade. Além destes, a Companhia possui diversas normas e políticas internas.

Dentre os principais órgãos de fiscalização e controle externo estão a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, o TCE - Tribunal de Contas do Estado, e a Secretaria de Estado da Fazenda através do Departamento de Controle e Avaliação - DCA, da Corregedoria Geral da Administração - CGA através da Auditoria Geral e da Assembleia Legislativa do Estado através da Comissão de Fiscalização e Controle, além de uma empresa de auditoria independente. No âmbito interno, a EMAE possui um Departamento de Auditoria.

Sistemas de Gestão

A Companhia conta com duas unidades certificadas pelo Sistema de Gestão da Qualidade conforme os requisitos da NBR ISO - 9001, o Centro de Excelência em Manutenção e a unidade de Produção Henry Borden.

VI. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A estratégia de sustentabilidade da EMAE está calcada na adoção e manutenção de elevados padrões de atuação com foco na geração de valor para todos os públicos com os quais se relaciona. De acordo com essa diretiva, destacamos as seguintes ações e programas:

Desenvolvimento de Pessoas

• Treinamento e Desenvolvimento

Buscando atender diversas necessidades de treinamento e desenvolvimento, a Companhia proporcionou aos seus empregados 29.153 horas de treinamento nas categorias cursos, palestras, seminários, congresso e reciclagem para atualização tecnológica, contabilizando, no período, 680 participações de empregados.

Merece destaque a continuidade das seguintes ações voltadas ao desenvolvimento: Avaliação de Desempenho Profissional; Reciclagem NR 10 e dos Programas de Concessão de Bolsa de Estudos; de Aprendizagem Profissional; de Estágio Curricular; de Pós-Graduação e de Língua Estrangeira.

• Segurança, Saúde e Bem-Estar Social

A atenção com a segurança, saúde e bem-estar da força de trabalho é uma qualidade da EMAE, evidenciada pelas ações elaboradas e realizadas, as quais transcendem os requisitos legais. Por meio delas, a Companhia contribui para que os trabalhadores percebam e se conscientizem da importância de prevenir doenças e acidentes, incentivando-os a buscar e sustentar um plano mais elevado possível do estado de bem-estar, com a consequente melhoria em sua qualidade de vida.

Cabe destacar que, considerando as características das atividades da EMAE, além dos trabalhadores do quadro próprio, todos os empregados de empresas contratadas recebem treinamento de prevenção de acidentes, envolvendo o uso do Equipamento de Proteção Individual - EPI e do Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, análise de riscos e medidas de segurança, causas e perdas envolvidas em acidentes, legislação e responsabilidade civil e criminal. Em 2012, foram contabilizadas 1.177 participações de prestadores de serviços, totalizando 3.531 horas de treinamento para esse público.

Meio Ambiente

A EMAE desenvolve e implanta programas socioambientais para os empregados e para a comunidade do entorno de suas instalações, incentivando a preservação ambiental e o exercício da cidadania.

A Companhia também busca soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia, o uso múltiplo das águas e as políticas de saneamento, incorporando a preservação do meio ambiente no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, minimizando e, quando possível, eliminando impactos ambientais.

As atividades e projetos socioambientais desenvolvidos pela EMAE são agrupados em

três áreas de atuação: Programas Institucionais, Projetos Socioambientais e Estudos e Projetos Técnicos.

Responsabilidade Social

Visando colaborar com o desenvolvimento social de comunidades onde estão inseridas as instalações da Companhia, o Programa de Responsabilidade Social promoveu em 2012 o envolvimento dos empregados em trabalhos voluntários, ampliou suas parcerias apoiando diversas instituições, investiu na educação básica, reuniu a população do entorno da sede em atividades de qualidade de vida e deu continuidade aos trabalhos realizados com pessoas portadoras de deficiência (crianças e adultos). Dentre suas atividades destacam-se: o Programa de Voluntariado Empresarial, o Projeto Escola Pirapora, o Programa: "Um Olhar para o Bem-Estar" e a parceria com a APADE - Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência. Além desses projetos e programas, a Companhia realizou e apoiou ações pontuais, entre elas: os Programas Inverno no Verão, Campanha do Agasalho e Natal Solidário.

VII. BALANÇO SOCIAL

	2012		2011			
	R\$ Mil		R\$ Mil			
1. Base de Cálculo						
Receita Líquida Consolidada (RL).....	174.509		164.093			
Resultado Operacional Consolidado (RO).....	(112.560)		(20.311)			
Folha de Pagamento Bruta Consolidada (FPB).....	104.678		109.348			
	2012		2011			
	% sobre FPB	RL	% sobre FPB	RL		
2. Indicadores Sociais Internos	R\$ Mil		R\$ Mil			
Alimentação.....	4.119	3,93	2,36	4.225	3,86	2,57
Encargos Sociais Compulsórios.....	22.795	21,78	13,06	24.441	22,35	14,89
Entidade de Previdência a Empregados.....	2.718	2,60	1,56	2.396	2,19	1,46
Saúde.....	6.876	6,57	3,94	6.974	6,38	4,25
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	139	0,13	0,08	295	0,27	0,18
Auxílio creche.....	136	0,13	0,08	110	0,10	0,07
Outros Benefícios.....	68	0,06	0,04	87	0,08	0,05
Total	36.851	35,20	21,12	38.528	35,23	23,48
	% sobre RO	% sobre RL	% sobre RO	% sobre RL		
3. Indicadores Sociais Externos	R\$ Mil		R\$ Mil			
Contribuições p/a Sociedade/ Investimentos em Cidadania.....	185	(0,16)	0,11	251	(1,24)	0,15
Transporte gratuito (Balsas).....	1.652	(1,47)	0,95	1.421	(7,00)	0,87
Tributos (excluídos encargos sociais).....	35.872	(31,87)	20,56	45.453	(223,79)	27,70
Total	37.709	(33,50)	21,61	47.125	(232,02)	28,72
	% sobre RO	% sobre RL	% sobre RO	% sobre RL		
4. Indicadores Ambientais	R\$ Mil		R\$ Mil			
Investimentos relacionados com a operação da empresa	445	(0,40)	0,26	845	(4,16)	0,51
5. Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período.....	600		672			
Nº de estagiários(as).....	14		8			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos.....	381		385			
Nº de mulheres que trabalham na empresa... % de cargos de chefia ocupados por mulheres .	67		73			
17,14%			15,15%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa... % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	112		150			
0,00%			14,14%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	8		12			
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
2013						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:.....	Direção e Gerências					
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:.....	Todos(as) (+) Cipa					
A previdência privada contempla:.....	Todos os empregados					
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:.....	São sugeridos					
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Organiza e incentiva					

	2012		2011			
	R\$ Mil		R\$ Mil			
4. Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a operação da empresa	445	(0,40)	0,26	845	(4,16)	0,51
5. Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período.....	600		672			
Nº de estagiários(as).....	14		8			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos.....	381		385			
Nº de mulheres que trabalham na empresa... % de cargos de chefia ocupados por mulheres .	67		73			
17,14%			15,15%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa... % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	112		150			
0,00%			14,14%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	8		12			
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
2013						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:.....	Direção e Gerências					
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:.....	Todos(as) (+) Cipa					
A previdência privada contempla:.....	Todos os empregados					
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:.....	São sugeridos					
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Organiza e incentiva					

VIII. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita operacional bruta totalizou R\$ 206 milhões em 2012, apresentando incremento de 7% em relação a 2011, ocasionado pelos reajustes de preços nos contratos de venda de energia elétrica e de prestação de serviços e pela alienação do estoque remanescente de óleo combustível do fundo setorial CCC.

Apesar da redução obtida em 2012 nos gastos com pessoal, da diminuição nas despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e com a depreciação, o total das despesas apresentou, no exercício, aumento de 5% em relação a 2011, decorrente, principalmente, do ressarcimento à Eletrobrás (gestora da CCC) do óleo combustível alienado, da energia comprada para revenda e pelo aumento nas provisões operacionais.

As principais ações tomadas com efeito positivo no resultado e desempenho empresarial foram a redução do custo com folha de pagamento e a alienação de imóveis não operacionais, com ganho de capital de R\$ 20 milhões, o que reflete a gestão empreendida pela Administração da EMAE, voltada para a melhora no resultado da Empresa.

As receitas financeiras atingiram R\$ 35 milhões e as variações monetárias líquidas totalizaram R\$ 4 milhões, em decorrência da atualização do saldo do arrendamento da UTE Piratininga em contrapartida à redução ocasionada pela reavaliação atuarial do fundo de pensão. As despesas financeiras atingiram R\$ 21 milhões devido ao custo do contrato de reserva matemática mantido com a entidade de previdência privada, aos encargos do FIDC, a atualização da cessão de direitos

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.416	69.702	56.502	81.933
Revendedores.....	5	15.472	14.234	15.472	14.234
Consumidores.....	5	2.362	2.473	2.362	2.473
Valores a receber - Energia livre	6	2.040	2.040	2.040	2.040
Energia de curto prazo - CCEE	7	558	4.816	558	4.816
Alienação de bens e direitos.....		221	1.762	221	1.762
Adiantamento a fornecedores.....	9	1.075	-	1.075	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis	10	11.242	3.323	11.349	3.350
Indenização Porto Góes	11	37.690	-	37.690	-
Estoque.....		2.111	2.630	2.111	2.630
Arrendamento UTE Piratininga.....	12	44.991	35.283	44.991	35.283
Outros créditos	13	18.993	19.574	18.441	19.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	14	(8.600)	(5.271)	(8.600)	(5.271)
Cauções e depósitos vinculados	16	31.211	6.637	31.211	6.637
Despesas antecipadas		65	196	65	196
		<u>201.847</u>	<u>157.399</u>	<u>215.488</u>	<u>169.472</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Valores a receber.....	8	43.123	14.650	43.123	14.650
Arrendamento UTE Piratininga	12	433.962	423.396	433.962	423.396
Cauções e depósitos vinculados	16	4.691	10.955	4.691	10.955
Investimentos.....		27.905	13.400	1.389	1.391
Imobilizado.....	17	351.731	511.394	367.977	511.394
Intangível		565	884	565	884
		<u>861.977</u>	<u>974.679</u>	<u>851.707</u>	<u>962.670</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.063.824</u>	<u>1.132.078</u>	<u>1.067.195</u>	<u>1.132.142</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		4.467	9.581	7.635	9.581
Folha de pagamento		4.713	5.802	4.713	5.802
Obrigações estimadas - folha de pagamento	18	11.081	11.886	11.081	11.886
Tributos e contribuições sociais	19	4.553	7.934	4.756	7.998
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		86	86	86	86
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	20	-	8.509	-	8.509
Entidade de previdência a empregados	22	22.789	43.401	22.789	43.401
Taxas regulamentares	23	7.855	7.199	7.855	7.199
Encargos de uso da rede elétrica.....		647	296	647	296
Energia de curto prazo - CCEE		1.419	-	1.419	-
Depósitos Vinculados	24	872	40.000	872	40.000
Outros.....		<u>13.391</u>	<u>4.929</u>	<u>13.391</u>	<u>4.929</u>
		<u>71.873</u>	<u>139.623</u>	<u>75.244</u>	<u>139.687</u>
NÃO CIRCULANTE					
Tributos e contribuições sociais.....	19	216	306	216	306
Empréstimos e financiamentos.....	21	29.893	-	29.893	-
Entidade de previdência a empregados	22	88.308	23.578	88.308	23.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	15	127.811	118.892	127.811	118.892
Taxas regulamentares	23	769	769	769	769
Provisão para custos socioambientais.....	25	50.658	17.825	50.658	17.825
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	26	31.462	38.638	31.462	38.638
Outras provisões.....		-	4.360	-	4.360
Outras obrigações	27	16.202	16.202	16.202	16.202
		<u>345.319</u>	<u>220.570</u>	<u>345.319</u>	<u>220.570</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	29	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital		387.130	387.130	387.130	387.130
Reservas de lucro.....	29	-	120.584	-	120.584
Prejuízos acumulados.....	29	(25.909)	(21.240)	(25.909)	(21.240)
		<u>646.632</u>	<u>771.885</u>	<u>646.632</u>	<u>771.885</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.063.824</u>	<u>1.132.078</u>	<u>1.067.195</u>	<u>1.132.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital		Reservas de Lucro		Lucros Acumulados (Prejuízos)	Total
		Subvenções para Investimento	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Lucro a Realizar		
Saldos em 31.12.2010	285.411	383.618	3.512	9.228	130.931	-	812.700
Realização da reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	(10.347)	10.347	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(40.815)	(40.815)
Absorção da reserva legal.....	-	-	-	(9.228)	-	9.228	-
Saldos em 31.12.2011	285.411	383.618	3.512	-	120.584	(21.240)	771.885
Realização da reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	(11.311)	11.311	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(125.253)	(125.253)
Absorção da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(109.273)	109.273	-
Saldos em 31.12.2012	285.411	383.618	3.512	-	-	(25.909)	646.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo por ação)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	174.509	164.093	174.509	164.093
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	31	(192.196)	(183.331)	(192.196)	(183.331)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(17.687)	(19.238)	(17.687)	(19.238)
Despesas Operacionais					
Custo do serviço prestado a terceiros	31	(1.448)	(1.075)	(1.471)	(1,075)
Despesas gerais e administrativas	31	(39.588)	(37,082)	(39,588)	(37,082)
Outras receitas e despesas	31	(71,916)	(33,666)	(72,498)	(33,861)
		<u>(112,952)</u>	<u>(71,823)</u>	<u>(113,557)</u>	<u>(72,018)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(130,639)	(91,061)	(131,244)	(91,256)
RESULTADO FINANCEIRO					
Entidade de previdência a empregados		(19,801)	(39,748)	(19,801)	(39,748)
Receitas.....	32	35,202	39,242	36,118	39,501
Despesas.....	32	(1,682)	(2,065)	(1,730)	(2,065)
Variações monetárias líquidas.....	32	4,097	73,257	4,097	73,257
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(112,823)	(20,375)	(112,560)	(20,311)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	15	(3,511)	(16,605)	(3,774)	(16,669)
Diferidos.....	15	(8,919)	(3,835)	(8,919)	(3,835)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(125,253)	(40,815)	(125,253)	(40,815)
PREJUÍZO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores.....		(125,253)	(40,815)	(125,253)	(40,815)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR:					
Ação preferencial.....	29.4	R\$ (3,51731)	R\$ (1,14619)	R\$ (3,51731)	R\$ (1,14619)
Ação ordinária.....	29.4	R\$ (3,19756)	R\$ (1,04199)	R\$ (3,19756)	R\$ (1,04199)
A empresa não possui itens do resultado abrangente no exercício corrente e no exercício anterior exceto o lucro líquido do exercício e, portanto, não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	206.391	192.931	206.391	192.931
Outras receitas.....	32.503	27.240	32.503	27.240
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	(3.329)	(520)	(3.329)	(520)
Receitas relativas à construção de ativos próprios.....	76.392	39.653	76.392	39.653
	<u>311.957</u>	<u>259.304</u>	<u>311.957</u>	<u>259.304</u>
Menos:				
Insumos				
Energia de curto prazo - CCEE	6.020	5.994	6.020	5.994
Energia elétrica comprada para revenda	3.300	-	3.300	-
Encargos de uso da rede elétrica	4.016	3.323	4.016	3.323
Serviços de terceiros	94.950	57.671	94.973	57.671
Materiais	20.487	17.629	20.487	17.629
Outros custos operacionais.....	31.599	21.979	31.599	21.979
	<u>160.372</u>	<u>106.596</u>	<u>160.395</u>	<u>106.596</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	151.585	152.708	151.562	152.708
PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS - CPC 01	(105.366)	(61.212)	(105.366)	(61.212)
DEPRECIACÃO	(24.408)	(28.687)	(24.408)	(28.687)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	21.811	62.809	21.788	62.809
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	35.202	39.242	36.118	39.501
Equivalência Patrimonial.....	582	195	-	-
Entidade de previdência a empregados	(19,801)	(39,748)	(19,801)	(39,748)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(8,919)	(3,835)	(8,919)	(3,835)
	<u>7.064</u>	<u>(4,146)</u>	<u>7.398</u>	<u>(4,082)</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	28.875	58.663	29.186	58.727
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS)	81.136	84.194	81.136	84.194
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano	2.722	2.408	2.722	2.408
F.G.T.S	8.963	9.169	8.963	9.169
	<u>92.821</u>	<u>95.771</u>	<u>92.821</u>	<u>95.771</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Encargos setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	4.225	4.126	4.225	4.126
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	6.829	7.166	6.829	7.166
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	509	497	509	497
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	1.641	1.630	1.641	1.630
	<u>13.204</u>	<u>13.419</u>	<u>13.204</u>	<u>13.419</u>
Federais:				
Imposto de renda e contribuição social.....	3.511	16.605	3.774	16.669
COFINS/PIS.....	23.227	21.625	23.227	21.625
INSS.....	13.832	15.272	13.832	15.272
	<u>40.570</u>	<u>53.502</u>	<u>40.833</u>	<u>53.566</u>
Estaduais:				
ICMS.....	1.568	-	1.568	-
	<u>1.568</u>	<u>-</u>	<u>1.568</u>	<u>-</u>
Municipais:				
ISS	1.221	1.457	1.221	1.457
IPTU.....	6.346	5.766	6.346	5.766
	<u>7.567</u>	<u>7.223</u>	<u>7.567</u>	<u>7.223</u>
	<u>62.909</u>	<u>74.144</u>	<u>63.172</u>	<u>74.208</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e encargos de dívidas.....	1.682	2.065	1.730	2.065
Variações monetárias líquidas.....	(4,097)	(73,257)	(4,097)	(73,257)
Arrendamentos e aluguéis.....	813	755	813	755
	<u>(1,602)</u>	<u>(70,437)</u>	<u>(1,554)</u>	<u>(70,437)</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	(125,253)	(40,815)	(125,253)	(40,815)
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28.875	58.663	29.186	58.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - "EMA E" ou "Empresa", é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das suas ações ordinárias.

A EMA E tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia elétrica. A Empresa vem desenvolvendo estudos visando a implantação de pequenas centrais hidrelétricas, o aproveitamento de resíduos urbanos e industriais para fins de geração de energia, além de outras oportunidades de negócios no segmento de geração e eficiência energética.

A EMA E está autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23/06/2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia. A Empresa pode participar, minoritariamente, do capital social de empresas públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 31 de dezembro de 2012, a potência instalada do parque gerador da EMA E era de 935,8 MW, correspondendo às concessões das usinas hidrelétricas de Henry Borden, Porto Góes e Rasgão. (Nota 17.1). Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMA E tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A energia elétrica comercializada pela EMA E, em 2012, destinou-se a concessionárias distribuidoras de energia elétrica, agentes comercializadores, consumidores livres e operações no mercado de curto prazo contabilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - "CCEE" (Nota 30.2).

Por origem, a receita operacional da EMA E apresentou a seguinte distribuição:

ORIGEM	2012	2011
Venda às distribuidoras	52%	53%
Venda a consumidores livres.....	13%	14%
Venda à comercializadores	4%	2%
Liquidação na CCEE	14%	16%
Prestação de serviços a terceiros	12%	15%
Outras receitas	5%	-

Em 22 de dezembro de 2010, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico ("SPE") denominada PIRAPORA ENERGIA S.A. - "Pirapora Energia", subsidiária integral da EMA E, para administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela PCH Pirapora. Cerca de 80% dos recursos para a construção da PCH, virão de financiamento do BNDES, cujo contrato foi assinado em 08/03/2012. A parte complementar dos recursos necessários será subscrito e integralizado pela EMA E como Capital Social da Pirapora Energia. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 06/12/2011, transferiu a titularidade da autorização para exploração da PCH Pirapora, da EMA E para a Pirapora Energia S.A.

1.1 Leilões de Energia (*)

A receita auferida pela EMA E, no exercício de 2012, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR corresponde à venda, para as concessionárias de distribuição, nos Leilões de Empreendimentos de Geração Existentes ("Energia Existente") de 126 MW médios e 10 MW médios em Leilão de Novos Empreendimentos ("Energia Nova"), relacionados à disponibilidade de produção de energia e distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMA E (MWh)	Preço EMA E RS/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	57,51	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	Jan/05
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	Jan/05
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	Out/05
		126,0			

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMA E (MWh)	Preço EMA E RS/MWh	Preço Médio Ponderado dos Participantes	Base dos Preços
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	Dez/05
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	Dez/05
		10,0			

(*) A partir de 2013 estes contratos perdem sua eficácia, pois com a prorrogação do prazo de concessão das usinas da EMA E, nos termos da Medida Provisória-MP nº 579/12, toda garantia física e potência fica disponibilizada no regime de cotas.

1.2 Renovação do Contrato de Concessão EMA E

O Contrato de Concessão nº 002/2004 - ANEEL - EMA E, firmado em 11 de novembro de 2004, concedeu à Companhia o direito de explorar os serviços de geração de energia elétrica provenientes de cinco aproveitamentos hidrelétricos, todos com termo final para 30 de novembro de 2012. Conforme condições expressas na cláusula segunda do referido Contrato, o mesmo poderia ser prorrogado, a critério do Poder Concedente, por período de até 20 (vinte) anos.

Atendendo aos trâmites legais, em 05 de novembro de 2009, a EMA E protocolou junto à ANEEL, requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Em 16 de março de 2012, conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL encaminhou ao MME, requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual se pronuncia favoravelmente em relação às UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo indeferimento em relação à UHE Izabel, sendo que estas duas últimas usinas não estavam em operação e não compunham a garantia física da Companhia.

No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a MP nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em síntese, a referida Medida Provisória, possibilitava a renovação das concessões vincendas, por até 30 anos, a partir de 2013, desde que as concessionárias aceitassem as seguintes condições:

- remuneração por tarifa calculada pela ANEEL, para cada usina hidrelétrica;
- alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN, a ser definida pela ANEEL; e
- submissão aos padrões de qualidade do serviço fixado pela ANEEL.

Em 01 de novembro, foi publicada a Portaria MME nº 578, que definia as tarifas iniciais das Usinas Hidrelétricas e a Portaria Interministerial nº 602, que definia os valores de indenização para concessões de geração de energia elétrica. A partir da definição dos valores das tarifas e das indenizações, a EMA E realizou estudos que indicaram a viabilidade de aderir ao novo regime. É importante ressaltar que a Companhia se encontrava em situação bastante distinta de outros concessionários do setor, visto que seu contrato de concessão estava na iminência de vencer.

Diante disso, submeteu, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de novembro de 2012, a proposta de renovação aos Acionistas, que aceitaram os termos e autorizaram a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL, que prorroga as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes. O documento foi assinado em 04 de dezembro de 2012, com eficácia a partir de 01 de janeiro de 2013.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa e sua controlada, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora e controlada, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e identificadas e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Em decorrência da constituição da controlada mencionada na Nota Explicativa nº 1, a Empresa passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.4 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa e de sua controlada são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e de sua controlada.

2.5 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o Diretor-Presidente, sendo que a Empresa tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em base consolidadas. Conseqüentemente, a Empresa concluiu que possui dois segmentos passíveis de reporte que são: geração e comercialização de energia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Revendedores/Consumidores

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

d. Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Arrendamento a receber

Registrado ao valor justo do ativo arrendado, na data da operação ajustado pela taxa implícita da operação com base no valor presente dos recebimentos futuros e pela variação do IGP-M, em atendimento à Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 06, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing).

f. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

g. Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, ou prazo da autorização, dos dois o menor. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na Nota Explicativa nº 17.

Os encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado no período de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, os encargos financeiros são registrados diretamente no resultado.

h. Intangível

O intangível refere-se a licenças de software, classificadas como ativos com vida útil definida. São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

i. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Empresa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) Revendedores e Consumidores (nota 5), (ii) Valores a Receber (nota 6 e 8); (iii) Outros Créditos (nota 13).

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica registradas conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (I) mantidos para negociação no curto prazo; (II) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (III) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Empresa tem classificados nesta categoria são: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4); (ii) Cauções e Depósitos Vinculados (nota 16).

Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são mensurados ao custo amortizado, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Empresa não possui ativos classificados nesta categoria.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável ("impairment"), definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

k. FIDC e outras obrigações

Os contratos de FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e outras obrigações, são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente, utilizando o método do custo amortizado.

l. Obrigações estimadas e folha de pagamento

Inclui as provisões sobre folha de pagamento, como férias, gratificações e encargos sociais de férias, além de retenções de encargos sociais e imposto de renda na fonte dos empregados.

m. Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumuladas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Empresa tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo.

Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as conseqüências fiscais que resultariam da forma na qual a Empresa espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

o. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

O CPC 25 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos trabalhistas, cíveis e tributários foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Empresa e de seus advogados, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Empresa e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa.

p. Provisões para custos socioambientais

É registrada à medida em que a Empresa assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de prováveis riscos relacionados às questões socioambientais. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento serão registrados diretamente no resultado do exercício.

q. Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto no CPC 33. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no resultado do exercício.

r. Apuração do resultado

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Empresa; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

s. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela EMA E, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, redução do valor recuperável de ativos não circulantes, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários, imposto de renda e contribuição social diferidos, premissas do plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego e transações envolvendo a compra e venda de energia na CCEE.

u. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações em circulação durante o período de divulgação. Para todos os períodos apresentados, a Empresa não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo, desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído. Os lucros básicos e diluídos por ação são apresentados na Nota 29.4.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Caixa e bancos conta movimento	4.805	373	4.805	373
Aplicações financeiras (a)	37.611	69.329	51.697	81.560
	<u>42.416</u>	<u>69.702</u>	<u>56.502</u>	<u>81.933</u>

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 7,9599% em 2012.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
a) Suprimento de Energia		
Leilão de energia e agentes comercializadores	15.472	14.234
b) Fornecimento		
Fornecimento de energia para consumidores livres	2.362	2.473

6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, principalmente a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, nas quais o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

Em 26 de agosto de 2010, o Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.517, que fixou os montantes finais de repasse de energia livre, atualizados até 30 de julho de 2010, a serem repassados entre distribuidoras e geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do mandato de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15/09/2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de RTE contabilizado e ainda não recebido no valor de R\$ 2.040 (Nota 14).

7. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2012 foram registrados volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Nota 30.4).

8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Não circulante		
Contrato	43.123	14.650

Em 30 de novembro de 2011, com a anuência do DAEE, foi assinado o Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP - Companhia Energética de São Paulo, no valor de R\$ 32.000.

Em 2011, o valor a receber registrado nesta conta, representa o saldo líquido a favor da EMAE, já excluídos os créditos cedidos. Em 2012, foi reclassificado o valor a pagar de R\$ 29.893 à CESP - Companhia Energética de São Paulo em conta do passivo.

9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Refere-se a pagamentos antecipados a fornecedores, pela aquisição de equipamentos que serão utilizados no parque gerador da EMAE.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Circulante				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a)	879	234	879	234
Imposto de renda a compensar (b)	5.626	451	5.733	478
Contribuição social a compensar (b)	2.472	600	2.472	600
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c)	1.483	1.338	1.483	1.338
Imposto sobre serviços a compensar (d)	400	400	400	400
INSS a compensar (d)	363	270	363	270
Outros	19	30	19	30
	<u>11.242</u>	<u>3.323</u>	<u>11.349</u>	<u>3.350</u>

- (a) Refere-se a créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
- (b) Refere-se a créditos de imposto de renda e contribuição social, a serem compensados com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Receita Federal do Brasil.
- (c) Refere-se a créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vincendos no próximo exercício.
- (d) Refere-se a créditos provenientes de retenções de imposto sobre serviços e INSS por parte de tomadores de serviços.

11. INDENIZAÇÃO PORTO GÓES

A Empresa, inconformada com a publicação da Portaria Interministerial MME/MF nº 580, de 1º de novembro de 2012, que não a incluiu no rol das empresas a serem indenizadas pela parcela não depreciada de seus ativos de acordo com o critério do Valor Novo de Reposição, pleiteou junto ao MME, a revisão da citada Portaria com vistas a ser indenizada pelos investimentos atinentes à máquina 3 da Usina Porto Góes.

O pleito foi acolhido e a Empresa indenizada em R\$ 37 milhões com base em critério do próprio MME, denominado de Valor Novo de Reposição (VNR). A operação resultou num ganho de R\$ 8 milhões, decorrente da diferença apurada entre o saldo não depreciado de R\$ 29 milhões e o valor da indenização.

12. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram entre si o instrumento particular de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga, pelo período de 17 anos, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termoeletrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

A Administração da EMAE, em face da Deliberação CVM nº 645, de 2 de dezembro de 2010, que aprovou o CPC 06, que trata de Operações de Arrendamento Mercantil (leasing), classificou a operação como arrendamento mercantil financeiro.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC, sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 539, de 14 de março de 2008, as transações e outros eventos são contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância econômica e não meramente com a sua forma legal. Adicionalmente, conforme o CPC 06 para o registro contábil de uma operação de arrendamento mercantil financeiro deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, assim, para o arrendador a operação deve ser registrada como uma venda financiada, baixando-se o valor residual contábil do bem, registrando em uma conta de arrendamento a receber o valor justo do ativo ou o valor presente dos recebimentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida de um ganho/perda na alienação e reconhecendo uma receita financeira ao longo do período de arrendamento.

O arrendatário deve registrar o ativo a ser explorado ao seu valor justo ou ao valor presente dos pagamentos futuros (dos dois o menor), em contrapartida do passivo e reconhecendo uma despesa de depreciação pela utilização do bem e despesa financeira ao longo do período de arrendamento.

- A operação de arrendamento da UTE Piratininga foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:
- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximam do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstrativo da mutação do arrendamento da UTE Piratininga:

	Controladora e Consolidado				
	Encargos		Recebimento		
Conta	Saldo 31.12.11	Transferências	Financieiros	Recebimento	Saldo 31.12.12
ATIVO					
Circulante	35.283	36.088	30.528	(56.908)	44.991
Não Circulante	423.396	(36.088)	46.654	-	433.962
	<u>458.679</u>	<u>-</u>	<u>77.182</u>	<u>(56.908)</u>	<u>478.953</u>

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Valor nominal do contrato	765.000	765.000
Receita financeira não realizada	(215.700)	(246.228)
Variação monetária	198.393	151.739
Recebimentos	(268.740)	(211.832)
	<u>478.953</u>	<u>458.679</u>

Valor presente das parcelas a serem recebidas até o final do contrato, para os períodos:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Circulante		
De 2013		44.991
Não circulante		
De 2014 até 2018		197.255
De 2019 até 2024		236.707
		<u>433.962</u>
Total		<u>478.953</u>

13. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Circulante				
Serviços em curso (1)	4.108	3.533	4.108	3.533
Serviços - Barragem Penha (2)	2.589	2.703	2.589	2.703
Serviços - Canal Pinheiros (3)	-	2.656	-	2.656
Serviços - Petróbras (4)	-	920	-	920
Outros créditos (5)	12.296	9.762	11.744	9.577
	<u>18.993</u>	<u>19.574</u>	<u>18.441</u>	<u>19.389</u>

- 1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- 2 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de manutenção nas Barragens Móvel e Penha, conforme contrato nº 2010/22/00249.5.
- 3 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros.
- 4 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de operação e manutenção na UTE Nova Piratininga, conforme contrato nº 4600320061.
- 5 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de alugueis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

14. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 8.600 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 5.271 em 2011).

	Controladora e Consolidado		
	31.12.12	Provisão	31.12.11
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.600)	(3.329)	(5.271)

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

15.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições	(112.823)	(20.375)	(112.560)	(20.311)	(112.823)	(20.375)	(112.560)	(20.311)
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	28.206	5.094	28.140	5.078	10.154	1.833	10.130	1.828
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Psap Lei 9.532 - excesso de contribuição	(4.466)	(4.037)	(4.466)	(4.037)	(1.608)	(1.453)	(1.608)	(1.453)
Outros	(87)	(222)	233	(271)	(2.247)	(692)	(2.300)	(710)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais (não) foi registrada provisão								
Provisões diversas	(32.150)	(20.978)	(32.150)	(20.978)	(11.574)	(7.552)	(11.574)	(7.552)
Outros (PAT, incentivos)	(309)	315	(750)	315	1.651	-	1.652	-
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	5.197	-	5.197	-	2.055	-	2.055
Imposto de renda e contribuição social contabilizado	<u>(8.806)</u>	<u>(14.631)</u>	<u>(8.993)</u>	<u>(14.696)</u>	<u>(3.624)</u>	<u>(5.809)</u>	<u>(3.700)</u>	<u>(5.832)</u>
Corrente	(2.248)	(11.811)	(2.435)	(11.876)	(1.263)	(4.794)	(1.339)	(4.817)
Diferido	(6.558)	(2.820)	(6.558)	(2.820)	(2.361)	(1.015)	(2.361)	(1.015)
Alíquota efetiva	8%	72%	8%	72%	3%	29%	3%	29%

15.2 Composição dos saldos - Parte B do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real:

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a)	42.950	42.950	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b)	57.009	58.007	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c)	32.150	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d)	-	-	93.979	87.421
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis até 2011 (a)	15.462	15.462	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 (b)	15.882	16.424	-	-
Provisões temporariamente indedutíveis 2012 (c)	11.574	-	-	-
Obrigação fiscal diferida (d)	-	-	33.832	31.471
	175.027	132.843	127.811	118.892
	<u>(175.027)</u>	<u>(132.843)</u>	<u>127.811</u>	<u>118.892</u>
Provisão para créditos tributários (e)	-	-	-	-

- (a) Referem-se ao registro, até o exercício de 2011, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social.
- (b) Referem-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007 e de 2009.
- (c) Referem-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis.
- (d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 12).
- (e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

16. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Circulante		
Depósitos vinculados (a)	31.211	6.637
Não circulante		
Depósitos judiciais (b)	4.691	5.338
Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c)	-	5.617
	<u>4.691</u>	<u>10.955</u>
	<u>35.902</u>	<u>17.592</u>

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 22.847 (R\$ 5.106 em 2011) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 8.364 (R\$ 1.531 em 2011) de outros depósitos vinculados.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas na passivo relacionadas à esses depósitos judiciais.
- c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, que foram resgatadas em 06/07/2012 no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo.

17. IMOBILIZADO

É composto como segue:

	Controladora e Consolidado				
	31.12.12		31.12.11		
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	6.715	-	6.715	6.733
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	695.555	(386.224)	309.331	323.925
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1,6%	79.299	(49.423)	29.876	31.028
Máquinas e Equipamentos	2,6%	426.350	(272.849)	153.501	164.432
Veículos	6,7%	8.849	(6.221)	2.628	2.316
Móveis e Utensílios	1,1%	2.104	(2.010)	94	45
Subtotal		<u>1.218.872</u>	<u>(716.727)</u>	<u>502.145</u>	<u>528.479</u>
Em curso	-	42.711	-	42.711	44.127
Redução ao Valor recuperável - CPC 01	-	(193.125)	-	(193.125)	(61.212)
Total Controladora		<u>1.068.458</u>	<u>(716.727)</u>	<u>351.731</u>	<u>511.394</u>
Em curso	-	16.246	-	16.246	-
Total Consolidado		<u>1.084.704</u>	<u>(716.727)</u>	<u>367.977</u>	<u>511.394</u>

Conforme Resolução Normativa nº 367, de 02 de junho de 2009, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 7,1% para os bens vinculados à geração e 2,0% a 5,9% para os bens de transmissão, 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos. A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 2012 e 2011 está representada por:

||
||
||

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Administração da Empresa, considerando as modificações estabelecidas na MP nº 579/12 e regulamentações posteriores, introduzidas na prorrogação de concessão das usinas hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, por meio de consultoria especializada, efetuou os testes de recuperabilidade dos ativos, de acordo com a CPC 01 (R1), para cada unidade geradora de caixa.

As estimativas do valor de recuperação indicam a necessidade dos seguintes ajustes para recuperar o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2012:

31.12.2012	Henry Borden	Porto Góes	Rasgão	Isabel	Total
Valor de recuperação	363.274	3.876	31.526	-	398.676
Custo do Imobilizado líquido	439.864	26.314	35.491	2.373	504.042
Provisão redução valor de recuperação	76.590	22.438	3.965	2.373	105.366

Metodologia/principais premissas utilizadas:

- Previsão de indenização monetária ou através de aumento tarifário pela ANEEL dos investimentos realizados nos últimos anos e ainda não depreciados.
- Fluxo de caixa futuro em moeda constante e trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado da EMAE em 5,04%.
- Receitas e despesas baseadas no orçamento empresarial aprovado pelo Conselho de Administração e nas expectativas de preço para comercialização de energia elétrica, onde os principais itens são:
 - Receita de venda de energia pela MP 579 no valor de R\$ 102,89 milhões/ano;
 - Contrato de arrendamento da Usina Piratininga à Petrobras de R\$ 65,3 milhões/ano;
 - Contrato de operação e manutenção da Termelétrica de Piratininga no valor de R\$ 12 milhões/ano;
 - Receita de geração de reativos para o sistema, conforme contrato de prestação de serviços ancilares firmado com a ONS, cujo valor foi estimado em R\$ 5,5 milhões/ano, com base na média obtida nos últimos anos;
 - Receita de operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda, conforme contrato firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo, cujo valor foi estimado em R\$ 3,1 milhões/ano;
 - Receitas com aluguel e outras receitas no valor de R\$ 5,3 milhões/ano;
 - Custos totais de operação no valor de R\$ 170 milhões/ano. Estes valores não contêm valores com depreciação, impostos sobre receita e lucro;
 - Investimentos em reposição no valor de R\$ 11 milhões/ano;
 - Depreciação calculada real de acordo com a taxa efetiva do último ano;
 - Redução de custos estimada com aposentadoria dos funcionários nos próximos anos.

b3) Movimentação do ativo do plano

	B.S.P.S		B.D
	2012	2011	2012
Valor justo do ativo do plano	467.614	430.295	199.098
Contribuição do empregador	16.757	9.710	1.717
Retorno ocorrido dos investimentos	102.608	54.935	46.887
Benefícios pagos	(40.064)	(27.326)	(1.975)
Valor justo do ativo do plano	546.915	467.614	245.727

b4) Despesa estimada para:

	B.S.P.S		B.D
	2013	2013	2013
Custo dos juros	(54.742)	(14.383)	
Retorno dos investimentos	102.608	46.887	
Total	47.866	32.504	

b5) Conciliação do passivo atuarial:

	B.S.P.S		B.D
	2012	2011	2012
Saldo Inicial	66.979	76.136	(51.121)
Despesa	6.858	3.322	(12.239)
Contribuição - pagamento e amortização	(16.757)	(48.905)	(1.975)
Ganhos (perdas) atuariais	82.874	36.426	32.504
Saldo final	139.954	66.979	(32.831)

22.3 Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - R\$ 129.574

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superavit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2012, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

18. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - FOLHA DE PAGAMENTO

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Circulante		
Provisão de férias e gratificação de férias	6.608	5.861
Encargos sociais sobre férias	4.473	6.025
	11.081	11.886

19. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Circulante				
COFINS s/receitas	1.135	1.195	1.135	1.195
PIS s/receitas	246	259	246	259
ICMS s/receita de fornecimento de energia	339	262	339	262
Encargos sociais s/folha de pagamento - empresa	2.000	2.034	2.000	2.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1)	-	2.694	203	2.758
IPTU - REFIS (2)	90	90	90	90
ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (3)	-	49	-	49
Outros	743	1.351	743	1.351
	4.553	7.934	4.756	7.998
Não circulante				
IPTU - REFIS (2)	216	306	216	306
	216	306	216	306
	4.769	8.240	4.972	8.304

- Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2011 e pagos em janeiro de 2012.
- Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008.
- Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

20. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, lançada pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI - Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a.. O saldo de R\$ 8.509 foi liquidado neste exercício.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a Cessão de Direitos Creditícios do Instrumento de Reconhecimento de Obrigações firmado com o DAEE para a CESP (Nota 8), que no exercício de 2011 estava contabilizado no valor líquido a receber do DAEE. Em 2012 foi reclassificado como empréstimo e financiamento a pagar para a CESP no montante de R\$ 29.893.

22. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	Controladora e Consolidado			
	31.12.12		31.12.11	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS	22.789	106.785	129.574	154.061
- Ajuste CPC 33 (IAS 19)	-	(18.477)	(18.477)	(87.082)
	22.789	88.308	111.097	66.979

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 2012 está representada por:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.11	31.12.12	Saldo
Saldo	66.979		111.097
Amortização		(16.507)	
Despesa		60.625	
			22.523
No resultado:			
Plano BSPS			19.801
Plano CD			2.722
			22.523

22.1 Planos de Benefícios

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

22.2 Demonstração do Passivo a ser Registrado de Acordo com a CPC 33/IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, o passivo atuarial da EMAE é conforme segue:

a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	31.12.12	31.12.11
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	8,32%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	9,93%	10,24%
Taxa de crescimento salarial futuro	5,04%	7,12%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo	4,00%	0,9784
Taxa de rotatividade	não adotada	nula
Tábua de mortalidade	AT - 83	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos (*)	611	716
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez (*)	525	462
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez (*)	29	29
Nº de participantes inativos - pensionistas (*)	45	40

b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método de reconhecimento integral e imediato. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A EMAE, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecer-los imediatamente no resultado do exercício.

O plano de benefício definido (B.D) tem contribuição paritária.

b1) Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S		B.D	C.V	TOTAL
	2012	2011	2012	2012	31.12.12
Total do passivo atuarial	686.869	534.593	90.033	20.105	797.007
Valor justo dos ativos (marcados a mercado)	(546.915)	(467.614)	(122.864)	(16.131)	(685.910)
Passivo líquido	139.954	66.979	(32.831)	3.974	111.097

b2) Movimentação do passivo atuarial

	B.S.P.S		B.D
	2012	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	534.593	506.431	147.977
Custo dos juros	54.742	51.859	15.923
Ganho/Perda atuarial	137.598	3.629	19.862
Benefícios pagos	(40.064)	(27.326)	(3.696)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	686.869	534.593	180.066

23. TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (1):		
- Quota mensal	352	312
- Diferença de quotas - 2009 (2)	-	85
- Diferença de quotas - 2010 (3)	32	379
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	1.326	1.191
Taxa de fiscalização - ANEEL	42	41
Quota para P&D - FNDCT (5)	94	107
Quota para P&D - EPE (5)	47	54
P&D - Recursos para projetos (5)	5.962	5.030
	7.855	7.199
Não circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de quotas - 2011 (4)	769	769
	769	769
	8.624	7.968

- Refere-se ao repasse da quota anual para constituição de Reserva Global de Reversão - RGR, destinada à União Federal, para fins de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.
- Conforme despacho ANEEL nº 278 de 2 de fevereiro de 2011, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2011, com término em janeiro de 2012.
- Conforme despacho ANEEL nº 504 de 10 de fevereiro de 2012, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2012, com término em janeiro de 2013.
- Diferença de recolhimentos de 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.
- Refere-se ao saldo das quotas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2011, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

24. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo apresentado em 2012 de R\$ 872 (R\$ 40.000 em 2011) refere-se ao repasse do Governo do Estado para execução dos serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros, para atenuar o risco de cheias.

25. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Não circulante		
Compromissos socioambientais	50.658	17.825

Constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S - Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

26. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

	Controladora e Consolidado			
	31.12.11	31.12.12	31.12.12	31.12.12
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade	15.228	1.509	-	16.737
Diversas	7.378	3.311	(948)	9.741
	22.606	4.820	(948)	26.478
Cíveis	15.471	788	(11.275)	4.984
Tributárias	561	25	(586)	-
	16.032	813	(11.861)	4.984
	38.638	5.633	(12.809)	31.462

Periculosidade - Contingência de processo trabalhista - periculosidade, ajuizado pelos empregados através do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em 07 de julho de 1999. A administração da Empresa baseada na opinião de seus assessores jurídicos, provisionou o montante de R\$ 15.228 em 31 de dezembro de 2012.

Diversas - Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis - Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., em decorrência de despacho nº 288/2002 da ANEEL. Diante do recálculo e redistribuição pretendida pela autora, a EMAE provisionou o montante de R\$ 788.

Depósitos judiciais - A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas e cíveis em 31 de dezembro de 2012, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	Provável		Possível		Remota	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Administrativo	-	-	111	94	7	-
Cível	4.984	15.471	11.878	3.058	11.673	12.138
Trabalhista	26.478	22.606	8.102	7.538	36.367	11.359

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A regulamentação da indústria hidroelétrica, tanto no Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como a dos Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à empresa de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em setembro de 2012, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a EMAE solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC - Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da EMAE encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ou a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendesse cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo - SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à EMAE estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo - DAEE; (b) a legislação brasileira prestigia o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings; (e) as ações da EMAE na Bolsa de Valores já refletem tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da EMAE não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a EMAE propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a EMAE propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com a empresa antecessora da SABESP, distribuída à 5ª Vara Cível Central, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100, cuja sentença foi publicada em 28/02/2013, julgando procedente o pedido da EMAE e determinando providências para o imediato início da arbitragem e nomeando o árbitro que irá julgar o procedimento arbitral a ser instaurado, seguindo as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem AMCHAM.

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

30.1 Conciliação da receita operacional líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	27.293	26.116
Suprimento de energia - leilão.....	106.421	102.286
Suprimento de energia - comercializadores.....	8.402	2.918
Energia de curto prazo - CCEE.....	29.298	31.449
Renda da prestação de serviços.....	24.548	29.123
Outras receitas.....	10.429	1.039
	<u>206.391</u>	<u>192.931</u>

DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(4.225)	(4.126)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(19.084)	(17.768)
PIS sobre receitas operacionais.....	(4.143)	(3.857)
ICMS sobre receitas operacionais.....	(1.568)	-
Imposto sobre serviços - ISS.....	(1.221)	(1.457)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.641)	(1.630)
	<u>(31.882)</u>	<u>(28.838)</u>
	<u>174.509</u>	<u>164.093</u>

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

30.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços

Os CCEAR's decorrentes dos Leilões apresentados na tabela do item 1.1, têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	Produto 2007-2014	4º Leilão 2009-2016	Energia Nova 2008-2037 e 2009-2038	ENERGIA NOVA P2 - 2009-2038	Energia Nova 2010-2039
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	86,81	98,75	108,08	130,78	156,60	156,60	156,59
Ampla	Março	87,20	99,19	108,57	-	157,30	157,30	157,29
Enersul, Cemate, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	87,38	99,40	108,79	131,65	157,63	157,63	157,62
Nacional, Caiuá, Vale Parapanema e Braganina	Maio	87,94	100,04	109,49	-	158,64	158,64	158,63
Energisa e Copel	Junho	88,26	100,40	109,88	-	159,21	159,21	159,20
Celtins e Eletropaulo	Julho	88,33	100,48	109,97	133,07	159,34	159,34	159,33
Cellesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	88,71	100,91	110,45	133,64	160,03	160,03	160,01
Celg	Setembro	89,07	101,32	110,90	134,19	160,68	160,68	160,67
Bandeirante, CEEE e Piratininga	Outubro	89,58	101,90	111,53	134,96	161,60	161,60	161,59
Light	Novembro	90,11	102,50	112,19	-	162,55	162,55	162,54

30.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

A EMAE participou de diversos leilões de compra de energia que resultaram em 2012 no fornecimento para consumidores livres e no suprimento para comercializadoras de energia (ex-post), resultando em um faturamento de R\$ 27,3 milhões (R\$ 26,1 milhões em 2011) e R\$ 8,4 milhões (R\$ 2,9 milhões em 2011), respectivamente.

30.4 Energia Elétrica Vendida

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	163.980	165.210	27.293	26.116
Suprimento				
Energia de leilão.....	1.105.396	1.126.462	106.421	102.286
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD.....	-	-	-	-
	1.105.396	1.126.462	106.421	102.286
Agentes comercializadores.....	85.695	62.801	8.402	2.918
	1.191.091	1.189.263	114.823	105.204
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	29.298	31.449
Total	<u>1.355.071</u>	<u>1.354.473</u>	<u>171.414</u>	<u>162.769</u>

(1) Classificam-se como "fornecimento" as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados "bilaterais", estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste.

(2) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2008 incluiu principalmente, o despacho da Usina Termoeletrica Piratininga pelo ONS, por questões de segurança energética.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

30.5 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	4.534	5.924
Petrobras (UTE's).....	17.115	20.920
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.788	1.830
CTEEP (Subestação Piratininga).....	27	311
Outros serviços.....	84	138
	<u>24.548</u>	<u>29.123</u>

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2012 são:

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.354.538	97,61	52.068	0,23	14.406.606	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
	14.705.370	100,00	52.068	0,23	14.757.438	39,94
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
ALTOCAPITAL Ajax Fundo de Invest. Ações.....	-	-	2.032.700	9,14	2.032.700	5,50
Leonardo Izecksohn.....	-	-	1.045.573	4,70	1.045.573	2,83
Fanny Berta Izecksohn.....	-	-	642.734	2,89	642.734	1,74
ELETOPAR - ELETROBRÁS PART. S.A.	-	-	523.911	2,36	523.911	1,42
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhães.....	-	-	501.000	2,25	501.000	1,36
Outros.....	-	-	3.027.395	13,61	3.027.395	8,19
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

29.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e
- direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações;

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembleia geral.

29.3 Reserva de lucros a realizar

O saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 109.273 (R\$ 120.584 em 2011) foi integralmente absorvido pelo prejuízo do exercício e será objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

Saldo em 31.12.2011.....	120.584
Realização da reserva.....	(11.311)
Absorção da reserva de lucros a realizar.....	(109.273)
Saldo em 31.12.2012.....	-

29.4 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto valor por ação):

	2012		2011	
	R\$	(125.253)	R\$	(40.815)
Número de ações preferenciais.....	22.241.714		22.241.714	
Número de ações ordinárias.....	14.705.370		14.705.370	
Total	<u>36.947.084</u>		<u>36.947.084</u>	

Prejuízo por ação básico e diluído

Ação Preferencial.....	R\$ (3,5173)	R\$ (1,1462)
Ação Ordinária.....	R\$ (3,1976)	R\$ (1,0420)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

31. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

31.1 - Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(6.020)	(5.994)	-	-	-	-	-	-	(6.020)	(5.994)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.300)	-	-	-	-	-	-	-	(3.300)	-
Encargos de uso da rede elétrica.....	(4.016)	(3.323)	-	-	-	-	-	-	(4.016)	(3.323)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(6.829)	(7.166)	-	-	-	-	-	-	(6.829)	(7.166)
Pessoal.....	(84.150)	(86.850)	(1.448)	(1.068)	(18.698)	(19.303)	-	-	(104.296)	(107.221)
Administradores.....	-	-	-	-	(1.830)	(3.195)	-	-	(1.830)	(3.195)
Material.....	(3.832)	(3.358)	-	-	(993)	(1.378)	-	-	(4.825)	(4.736)
Serviço de terceiros.....	(22.887)	(21.498)	-	(7)	(11.862)	(10.034)	-	-	(34.749)	(31.539)
Depreciação.....	(23.220)	(27.398)	-	-	(1.188)	(1.289)	-	-	(24.408)	(28.687)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(509)	(497)	-	-	(509)	(497)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(813)	(755)	-	-	(813)	(755)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(5.633)	(14.270)	-	-	-	-	-	-	(5.633)	(14.270)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	12.809	11.383	-	-	-	-	-	-	12.809	11.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(3.329)	(520)	-	-	(3.329)	(520)
Provisão para riscos socioambientais.....	(32.833)	(15.625)	-	-	-	-	-	-	(32.833)	(15.625)
Outras provisões.....	-	(4.360)	-	-	-	-	-	-	-	(4.360)
Perda pela recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	(105.366)	(61.212)	(105.366)	(61.212)
Indenização Usina Porto Góes.....	-	-	-	-	-	-	8.248	8.248	-	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	24.620	27.264	24.620	27.264
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	582	195	582	195
Outras.....	(12.285)	(4.872)	-	-	(366)	(111)	-	87	(12.651)	(4.896)
Total	<u>(192.196)</u>	<u>(183.331)</u>	<u>(1.448)</u>	<u>(1.075)</u>	<u>(39.588)</u>	<u>(37.082)</u>	<u>(71.916)</u>	<u>(33.666)</u>	<u>(305.148)</u>	<u>(255.154)</u>

31.2 - Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Energia de curto prazo - CCEE.....	(6.020)	(5.994)	-	-	-	-	-	-	(6.020)	(5.994)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(3.300)	-								



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Energia

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

31.3 Energia Elétrica Comprada e Encargos da Rede

	Controladora e Consolidado	
	31.12.12	31.12.11
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	6.020	5.994
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2)	4.016	3.323
(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.		
(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.		

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.458	2.187	4.374	2.446
Atualização de valores a receber - DAEE	-	3.322	-	3.322
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	30.528	31.761	30.528	31.761
Atualização de quotas subordinadas FIDC	31	481	31	481
Juros sobre alienação de bens e direitos	1.107	1.388	1.107	1.388
Outras	78	103	78	103
	<u>35.202</u>	<u>39.242</u>	<u>36.118</u>	<u>39.501</u>
Despesas				
Juros FIDC.....	(27)	(206)	(27)	(206)
Outras:				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(511)	(396)	(559)	(396)
Atualização selic sobre projetos P&D	(308)	(396)	(308)	(396)
Atualiz. pré-venda de energia elétrica	-	-	-	-
Atualiz. TUSDg.....	-	(176)	-	(176)
Juros sobre RGR	(810)	(810)	(810)	(810)
Outras	(26)	(81)	(26)	(81)
	<u>(1.682)</u>	<u>(2.065)</u>	<u>(1.730)</u>	<u>(2.065)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	74.506	75.772	74.506	75.772
Variações monetárias passivas	(70.409)	(2.515)	(70.409)	(2.515)
	<u>4.097</u>	<u>73.257</u>	<u>4.097</u>	<u>73.257</u>
	<u>37.617</u>	<u>110.434</u>	<u>38.485</u>	<u>110.693</u>

33. SEGUROS

A Administração da Empresa mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1)	09.04.2012	09.04.2013	3.500	126
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2)	08.02.2012	08.02.2013	1.500	10
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3)	28.11.2012	28.11.2013	324	2
			<u>5.324</u>	<u>138</u>

(1) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa a terceiros.
(2) Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
(3) Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros
A Empresa está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI relativos ao contrato de Cessão de Direitos Creditícios com a CESP e às aplicações financeiras.

(c) Risco de Crédito
O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

(d) Risco Hidrológico
Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da MP nº 579, o risco hidrológico destas usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência.

(e) Derivativos
Em 2012 e 2011, a Empresa não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

(f) Risco de estrutura de capital
Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

35. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa
A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está detalhada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	Controladora	Consolidado
	31.12.12	31.12.11
Juros pagos	1.681	1.546
Juros recebidos	4.643	3.678
Imposto de renda e contribuição social pagos	10.118	18.398
Dividendos obrigatórios propostos a pagar	-	-

36. PIRAPORA ENERGIA S.A.

Em atendimento à legislação vigente, informamos que a Empresa Pirapora Energia S.A. subsidiária integral da EMAE, obteve durante o exercício de 2012 rendimentos de aplicação financeira no montante de R\$ 916 e despesas pré-operacionais no valor de R\$ 334, resultando assim em um ganho de equivalência patrimonial de R\$ 582 na Empresa Controladora. Durante o exercício de 2013 será pago a EMAE um montante de R\$ 552 a título de dividendos.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 20 de março de 2013.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07/03/2013, a EMAE recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferidas na ação que move contra a SABESP (Nota 28.5).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
JOSÉ ANÍBAL PERES DE PONTES

CONSELHEIROS
FRANCISCO GRAZIANO NETO
JOSÉ GREGORI
RICARDO DARUIZ BORSARI

HOMERO VAZ DO AMARAL NETO
LUIZ ANTONIO FELICIANO
RICARDO VASSÃO DOS SANTOS

CELSO LUIZ GOMES DE FIGUEIREDO
JOÃO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO
MARCIO REA

DIRETORIA

RICARDO DARUIZ BORSARI
DIRETOR PRESIDENTE

GENIVALDO MAXIMILIANO DE AGUIAR
DIRETOR TÉCNICO

CARLOS EDUARDO EPAMINONDAS FRANÇA
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS
E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

PAULO ROBERTO FARES
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO
E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ARMANDO MORIOKA
GERENTE DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

ROBERTO BAPTISTA DA SILVA
GERENTE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CRC 1SP171532/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Relatório dos Auditores Independentes, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório Anual da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação pelo Conselho de Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, observadas as ênfases do referido Relatório, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 22 de março de 2013

Adriana Paranhos Pinto
Deraldo de Souza Mesquita Junior

Silvia Mara Correia

Alexandre Modonezi de Andrade
Mary-Annie Cairns Guerrero

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nos pareceres da UHY Moreira Auditores, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS ACIONISTAS, CONSELHEIROS E DIRETORES DA
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE
SÃO PAULO - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial
Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Continuidade normal das operações
As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), sofreu contínuos prejuízos operacionais, fatores que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista

controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 351.731 mil, em 31 de dezembro de 2012, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme nota explicativa nº 1.2, em 05 de novembro de 2009, a EMAE protocolou na ANEEL requerimento para prorrogação das concessões dos seus cinco aproveitamentos hidrelétricos. Conforme despacho nº 720 publicado no Diário Oficial da União, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia - MME o requerimento de prorrogação do prazo de concessão, no qual pronuncia-se favoravelmente em relação às UHEs de Rásgão, Henry Borden e Porto Góes, pelo sobrestamento do exame do pedido em relação à UHE Edgard de Souza e pelo indeferimento em relação à UHE Isabel, sendo que estas duas últimas usinas estão inoperantes e não cumpriam a garantia física da Companhia. No dia 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, divulgou a Medida Provisória - MP nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária. Em 1º de novembro de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 578, que define as tarifas iniciais das Usinas Hidrelétricas e a Portaria Interministerial nº 602, que define os valores de indenização para concessões de geração de energia elétrica. A partir da definição dos novos valores das tarifas e das indenizações, a EMAE realizou estudos que indicaram a viabilidade de aderir ao novo regime. Importante ressaltar que a Companhia se encontrava em situação bastante distinta de outros concessionários do setor, visto que seu contrato de concessão estava na iminência de vencer. Diante disso, submeteu, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de novembro de 2012, a proposta de renovação aos Acionistas, que aceitaram os termos e autorizaram a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004-ANEEL, que prorrogava as concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rásgão, Henry Borden e Porto Góes. O documento foi assinado em 04 de dezembro de 2012, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme descrito na nota explicativa nº 17.2, a administração da empresa, considerando as modificações estabelecidas na MP nº 579/12 e regulamentações posteriores, introduzidas na prorrogação de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes e Rásgão, por meio de consultoria especializada, efetuou os testes de recuperabilidade dos ativos, de acordo com a CPC 01 (R1), para cada unidade geradora de caixa, que gerou uma provisão por redução do valor de recuperação no montante de R\$ 105.366 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 25, a EMAE mantém provisão de R\$ 50.658 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S - Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28, a EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e compartilhamento de instalações com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Conseqüentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborado sob a responsabilidade da administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de março de 2013

UHY Moreira - Auditores
CRC 2 RS 3717 S SP

Jorge Luiz Menezes Careja
Contador CRC 1 RS 43679 S SP

CNAI nº 539
Sócio - Responsável Técnico

